

PODE O TRABALHO DE RUA SER ENTENDIDO COMO UM COMUM URBANO? (ST13 – COLONIALIDADE DO SABER URBANO E REGIONAL)

ROSE LAILA DE JESUS BOUÇAS

FACULDADE DE ARQUITETURA - UFBA | lailaboucas@gmail.com

Sessão Temática 13: Colonialidade do saber urbano e regional

Resumo: O trabalho de rua é uma prática que reflete as desigualdades estruturais das cidades latino-americanas, sendo ao mesmo tempo uma expressão de resistência e organização social. Trata-se de uma expressão da economia popular que possibilita a sobrevivência de trabalhadores marginalizados, e que também contribui para a produção de vitalidade no espaço público. Assim, considerando uma inversão da perspectiva sobre as lógicas neoliberais de baixo para cima, como proposto por Verônica Gago, a autora apresenta alguns dos resultados do seu trabalho de doutorado, que mostram como essas práticas cotidianas possibilitam a produção do comum por meio de uma pragmática vitalista, destacando a importância dos trabalhadores de rua na constituição dos comuns urbanos.

Palavras-chave: trabalho de rua; espaço público; comuns urbanos; pragmática vitalista.

CAN STREET WORK BE UNDERSTOOD AS AN URBAN COMMON?

Abstract: *Street work is a practice that reflects the structural inequalities of Latin American cities while simultaneously serving as an expression of resistance and social organization. It represents a form of popular economy that enables the survival of marginalized workers and contributes to the vitality of public spaces. Thus, considering an inversion of perspective on neoliberal logics from the bottom up, as proposed by Verónica Gago, the author presents some results from her doctoral research. These findings demonstrate how these everyday practices enable the production of the commons through a vitalist pragmatics, highlighting the importance of street workers in the constitution of urban commons.*

Keywords: *Street work; public space; urban commons; vitalist pragmatics.*

¿PUEDE EL TRABAJO CALLEJERO SER ENTENDIDO COMO UN COMÚN URBANO?

Resumen: *El trabajo callejero es una práctica que refleja las desigualdades estructurales de las ciudades latinoamericanas, siendo al mismo tiempo una expresión de resistencia y organización social. Se trata de una manifestación de la economía popular que permite la supervivencia de los trabajadores marginados y que también contribuye a la producción de vitalidad en el espacio público. Así, considerando una inversión de la perspectiva sobre las lógicas neoliberales de abajo hacia arriba, como propone Verónica Gago, la autora presenta algunos de los resultados de su trabajo de doctorado, que muestran cómo estas prácticas cotidianas permiten la producción de lo común a través de una pragmática vitalista, destacando la importancia de los trabajadores callejeros en la constitución de los comunes urbanos.*

Palabras clave: *trabajo callejero; espacio público; comunes urbanos; pragmática vitalista.*

INTRODUÇÃO

O trabalho de rua¹ expressa um traço estrutural do nosso desenvolvimento e revela cotidianamente a desigualdade de oportunidades a que está submetida parte significativa da população. Ele é apresentado aqui enquanto uma das materializações da economia popular, aspecto constituinte da dinâmica de produção das cidades latino-americanas. Sua relação com a rua é reveladora de como uma população historicamente subalternizada se insere e produz esse espaço e lhe confere vitalidade, sem que isso implique necessariamente em um valor negativo para o espaço público, como costuma ser tratado, entre outros, pelo planejamento urbano hegemônico.

A proposta central neste artigo é apresentar como, por meio do trabalho nas ruas, se constroem novas formas de organização social, resistência e vida coletiva. Assim, apresenta-se a leitura das categorias de análise desenvolvidas pela autora em seu trabalho de mestrado e reinterpretadas em seu trabalho de doutorado à luz dos comuns urbanos (STAVRIDES, 2016;2021; DARDOT E LAVAL, 2017) e da pragmática vitalista (GAGO, 2008). Essa abordagem permite olhar a atividade em sua relação com o espaço público por uma nova perspectiva, considerando suas articulações com as dinâmicas neoliberais e as possibilidades de contraponto e resistência a elas.

UMA APROXIMAÇÃO ENTRE A NOÇÃO DOS COMUNS URBANOS E A ECONOMIA DOS SETORES POPULARES

Identificar as formas como o comum se apresenta nas cidades brasileiras se constitui como um campo de estudos novo e desafiador. A abordagem acerca dos comuns urbanos tem em seu horizonte a construção de um espaço de diálogo fértil, já que o comum diz respeito a uma grande diversidade de práticas sociais em compartilhamento, autogestão e cooperação (DARDOT E LAVAL, 2017). Os comuns devem ser pensados como a construção de uma práxis, de uma normativa e de instituições democráticas organizadas de forma recíproca. Eles não são decretados a partir de um agente externo, mas decorrem de um processo social com sua própria lógica (DARDOT E LAVAL, 2017).

O comum é ao mesmo tempo fonte e produto da cooperação, "lugar da composição do trabalho vivo e seu processo de autonomia, o plano de produção da subjetividade e da riqueza social" (ROGGERO, 2014, p.13). Ele se baseia na comunicação entre as singularidades e sua manifestação se dá através de processos colaborativos e sociais da produção, ou seja, não se refere a uma noção tradicional de comunidade ou do público (HARDT E NEGRI, 2005). O comum está relacionado com a ideia de uma dimensão inapropriável e se refere a uma práxis instituinte "uma prática que visa instituí-lo ou manter e reforçar a sua instituição já efetuada" (DARDOT E LAVAL, 2015, p. 271).

Para Hardt e Negri (2005) todas as formas de trabalho são produtivas socialmente, produzem em comum e possuem um potencial de resistir à dominação capitalista. Assim, a multidão se

caracteriza pela multiplicidade de singularidades que agem em comum, proporcionando um novo vigor para a luta de classes. Nesse sentido, os sujeitos vulnerabilizados são explorados pelo capital justamente porque este elemento lhe confere o poder de converter a sua capacidade geral do intelecto em comum. Ou seja, a multidão também mantém os sistemas econômicos dependentes do valor extraído de seu trabalho. Por isso, não podem ser considerados apenas como vítimas, mas como agentes poderosos ou “classes perigosas”:

[...] essas classes perigosas estão permanentemente perturbando a constituição ontológica do Império: em cada interseção de linhas de criatividade ou de fuga, as subjetividades sociais tornam-se mais híbridas, misturadas e miscigenadas, escapando ainda mais aos poderes fusionais de controle. Elas deixam de ser identidades, tornando-se singularidades (HARDT & NEGRI, p. 185, 2005).

Nesse contexto, torna-se evidente a importância de superar a estigmatização desses sujeitos vulnerabilizados, reconhecendo neles a capacidade de criar alternativas para além das estruturas hegemônicas.

As economias populares, nesse sentido, criam espaços que podem construir novas maneiras de viver e trabalhar na cidade. Compostas por um amplo e diverso conjunto de atividades conduzidas direta e independentemente pelas classes trabalhadoras, forjando suas próprias formas de trabalho e ganhando a vida com seus próprios recursos, elas incluem uma variedade de atividades, como trabalho familiar, trabalho autônomo, produção artesanal, autoconstrução de moradias, micro e pequenos negócios, além da economia camponesa. (SANTOS, 2008; CORAGGIO, 2011; DE AZEVEDO, 1988; KRAYCHETE E SANTANA, 2012; DINIZ, 2019; FERNANDES E DINIZ, 2018).

As economias populares, portanto, são possibilidades de existência de novas maneiras de viver e trabalhar na cidade. Para Magalhães (2022), as economias populares se assemelham a ocupações de terra ou de edifícios, pois incorporam espaços diferenciais em produção e se tornam ambientes experimentais para novos formatos de urbanidade, de ser, viver e trabalhar no urbano. Se essas práticas se mantiverem abertas aos necessitados e às novas experiências de trabalho e sustento criadas por eles, terão a potencialidade de fazer nutrir uma faceta que já possuem: a de serem economias do comum.

O livre uso das ruas nas economias populares faz parte de uma compreensão intuitiva do espaço urbano como um bem comum que se choca com a visão estatal do espaço público como propriedade do Estado; ou seja, terras públicas (urbanas) sob a responsabilidade de instituições formais do Estado. Seu potencial econômico descolonial, em termos de forjar outras economias – outras formas de agregar produção, circulação e distribuição – costuma ser reprimido por meio de medidas disciplinares. A repressão produz um campo cego no domínio das potencialidades, pois perdemos a possibilidade de imaginar futuros contidos em sementes que não podem florescer (MAGALHÃES, 2022, p.15; tradução nossa).

Assim, é essencial reconhecer as economias populares como fomentadoras de espaços de criação e autogestão. Nesse sentido, para Stavrides (2016), o espaço comum pode ser definido como: “aqueles espaços produzidos pelas pessoas em seu esforço para estabelecer

um mundo comum que abriga, apoia e expressa a comunidade na qual participam" (STAVRIDES, 2016, p. 54; tradução nossa), ou seja, um espaço que é produzido pelo esforço coletivo em estabelecer um mundo compartilhado. Mas ele é também um "mundo poroso", já que é moldado por práticas de uma comunidade heterogênea, que busca assegurar sua reprodução e a enriquece ao se relacionar e estabelecer trocas com outras comunidades e membros (STAVRIDES, 2016).

Para Gago (2018), por sua vez, a capacidade produtiva das economias populares pode ser reforçada ao invés de nos determos apenas na sua vitimização, que aparece tanto como moralização quanto como judicialização dos pobres. Existe muita vitalidade envolvendo o processo de criação de um espaço de comércio e de consumo popular, que se materializa através de diversas táticas, formas de transação, hierarquias e apropriações que não seriam justificáveis caso considerássemos os agentes dessas economias como meras vítimas do neoliberalismo, do desemprego, da ilegalidade etc. Trata-se de uma abertura de organização e expansão da vida popular que sabe se associar e negociar com as instituições tradicionais, inclusive de forma pragmática (GAGO, 2018).

A concepção da pragmática vitalista desenvolvida por Gago (2018) à luz da contribuição da economia dos setores populares nos parece instigante, ao apontar para uma perspectiva potente, ainda que não se descole dos processos de produção capitalista. Essas "economias barrocas"², definidas pela autora supracitada num conceito que se aproxima da economia dos setores populares que aqui trabalhamos, compreende as estratégias empreendidas como um "conjunto de modos de fazer, pragmaticamente composto para afirmar e persistir" (ibid., p.32). Esse aspecto engloba o vitalismo essencial dessas microeconomias, capacitando a "construção, conquista, liberação e defesa do espaço" (ibidem), o que viabiliza uma circulação fluída, ainda que intermitente, e a possibilidade de desfrutar de diferentes tipos de interações: familiares, de vizinhança, comerciais, políticas e comunitárias. Assim, se faz necessário problematizar como essa relação se expressa na cidade.

AS LUTAS PELO TRABALHO E PELA CIDADE

A produção das cidades brasileiras perpetua as desigualdades e territorializa os mais vulnerabilizados, que são também em sua maioria pretos e pardos. Nesse contexto de desigualdade urbana, a ocupação do espaço público por trabalhadores de rua emerge como uma prática significativa, revelando contradições e potencialidades que desafiam esse modelo. Esse modelo urbanístico concentrador, excludente e predatório que as estruturou e perpetua as desigualdades se expressa tanto na forma das ocupações nas periferias urbanas, quanto na apropriação dos espaços públicos pelo trabalho de rua (BOUÇAS, 2024).

O espaço não é um lugar passivo, já que nele se encontram contrapostas as forças das relações sociais, onde a hegemonia de uma classe se superpõe sobre a sociedade como um todo. O espaço é, antes de tudo, um produto social, com características particulares em cada sociedade. Ele contém as relações de produção que lhes deram origem, estruturadas de

acordo com a divisão do trabalho, e que complexificam a organização da sociedade (LEFEBVRE, 2001). Ao mesmo tempo, o espaço é ativo, condição para a existência e a transformação social. Em sentido complementar, para Ribeiro (2012), na realização de leituras multidimensionais não se deve levar em consideração apenas o território ou a dimensão espacial, mas também levar em conta as diversas racionalidades alternativas que podem transcender fronteiras e serem mobilizadas em diferentes escalas.

Nesse sentido, tratando especificamente da questão do espaço público, coloca-se em tensão (ou em crise) a forma como ele vem sendo planejado e gerido quando buscamos compreender o que a ação de trabalhadoras e trabalhadores de rua produz para além da ocupação das calçadas. Essa reflexão pode ainda nos ajudar a rechaçar o modelo dominante de intervenção sobre o trabalho de rua no espaço público, que busca, principalmente, retirá-la da intensidade do fluxo citadino, organizando-a em camelódromos e shoppings populares. Como nos diz Ribeiro (2012), a ação possui um potencial libertário e descobre o que ainda não existe, enquanto a atividade reitera o pré-existente, a percepção funcionalista do mundo. Assim, preservando a diferença entre a ação e a atividade, se faz necessário confrontar os Séculos XIX e XX³, que ainda permanecem como grande fonte da compreensão que domina nosso campo. Ao inverso, trata-se de "construir em sintonia com a urgência social", seus modos e valores de existência. (RIBEIRO, 2012, p.62).

Entendemos aqui que a presença de trabalhadoras e trabalhadores de rua confere um conteúdo político aos locais dos quais se apropriam, já que sua presença na rua evidencia tanto os nossos problemas históricos, sociais e econômicos, quanto os conflitos e disputas em torno dos interesses que conformam o lugar que ocupam. Nesse sentido, as tentativas de ordenamento do trabalho de rua nem sempre são bem-sucedidas. Se, na maioria das vezes, são negadas pelos(as) trabalhadores(as) por não apresentarem uma proposta que contemple sua permanência nos locais onde a clientela costuma passar, ao mesmo tempo contribuem para a mobilização e organização de trabalhadoras e trabalhadores em torno de um objetivo comum, onde a luta pelo direito ao trabalho é uma luta pelo direito à cidade (BOUÇAS, 2024).

As duas lutas – históricas –, pelo trabalho e pela cidade, estão intimamente interligadas, podendo ser vistas como faces complementares de um mesmo processo, conferindo unidade à ação. Isto porque, ao se reivindicar o reconhecimento e a adaptação dos espaços urbanos para acomodar a diversidade, estão também se abrindo novas possibilidades para expressão das complexidades das dinâmicas sociais, econômicas, culturais e políticas. Assim, a presença dessas e desses(as) trabalhadores(as) nas ruas e a apropriação que fazem do espaço público podem nos permitir evidenciar algo além de um obstáculo ao movimento: ao ocupar as ruas dos centros das cidades esses(as) trabalhadores(as) reivindicam não apenas o direito ao trabalho, mas também sua integração à vida coletiva da cidade.

Nesse contexto, instituições dominantes frequentemente legitimam as desigualdades ao definir quem tem direitos específicos e quem é privado desses mesmos direitos, já que "as instituições dominantes focadas na produção e nos usos do espaço público são

essencialmente formas de autorização que derivam de certas autoridades e visam direcionar os comportamentos dos usuários do espaço público." (STAVRIDES, 2016, p.40; tradução nossa). No espaço público, portanto, coexistem regras gerais sob as quais usuários homogêneos podem ter acesso a locais específicos, em horários do dia também específicos e em condições igualmente específicas.

A atividade de trabalhadoras e trabalhadores de rua conforme Bouças (2024) permite diferentes tipos de arranjos entre os(as) trabalhadores(as) não só para dar conta do mínimo necessário para sobreviver, mas também para realizar conquistas em outras dimensões da vida, como a construção da casa própria ou o estudo dos filhos, por exemplo. O tempo e a sua qualidade é um aspecto importante e que deve ser valorizado, já que essa qualidade, diversa e heterogênea, contrasta com a forte pressão do capital para fixá-lo em seu aspecto linear e homogêneo, em que cada instante se assemelha ao anterior e será idêntico ao próximo. É justamente nas variações do tempo que a vida coletiva e singular se organiza, permitindo que a atividade cotidiana se altere e se reorganize (AGUILAR E TRUJILLO, 2019).

Esse uso do tempo pelos(as) trabalhadores(as) de rua é um aspecto que tensiona e nos permite questionar, inclusive, a depreciação que se faz dos arranjos de vida articulados no desenvolvimento da economia popular. Entendemos que, na apropriação do espaço público pelo trabalho de rua, ocorre um uso inteligente e humano do tempo, que vai além da simples submissão a um trabalho frequentemente subalterno, dedicando-se a questões que verdadeiramente nutrem a vida. Ao mesmo tempo, esse processo exige um esforço cotidiano exaustivo, já que o rendimento dessas pessoas depende do trabalho diário. Ainda assim, é nesse trabalho que se constroem relações e solidariedades, permitindo uma vivência do tempo com alguma liberdade e riqueza.

Segundo Hardt e Negri (2005), é possível compreender que a forma como a sociedade se organiza para dar conta da reprodução da vida está interligada com a noção da razão produtiva, em conjunturas mais ou menos possibilitadoras de sua efetividade. Desde a ascensão neoliberal, essas possibilidades tiveram suas diferenças aprofundadas, o que foi exacerbado pelo período pandêmico, no qual se acentuam a precarização do trabalho e a fragilização ou mesmo ausência de vínculos nas relações de produção. Esse processo teve uma implicação importante na produção das subjetividades e do que a coletividade compreende como o comum.

Nesse sentido, compreendemos aqui que o comum se institui enquanto razão produtiva, ou seja, enquanto trabalho e enquanto atividade produtiva, que estabelece conexões com o mundo econômico e social. Relaciona-se com aquilo que se faz e as formas como se consegue dar conta da sobrevivência para a manutenção da existência dentro do sistema capitalista em sua fase neoliberal, em condições mais ou menos precarizadas e excludentes.

À razão produtiva se agrega a razão política que se quer alternativa ao mundo hegemônico, separada do que os governos decidem como formas de ação, mas interagindo com elas. A práxis que emerge da busca da razão alternativa (DARDOT, LAVAL, 2017) coloca em cena um

movimento confluyente que se manifesta também através de coprodução de normas capaz de instituir o comum. Da razão produtiva escapa, portanto, uma alternativa, uma nova possibilidade da criação, de produção da criatividade e das subjetividades, que pode surgir mesmo num contexto de precarização e ausência de vínculos no âmbito do trabalho. A forma como a vida vai emergir, seguir e operar na subjetividade para possibilitar o surgimento do novo, principalmente através da solidariedade, será decorrente do processo de construção de uma razão alternativa, derivada da práxis e da luta política. Nesse sentido, a partir de Hardt e Negri (2005) e de Dardot e Laval (2017), confluímos com o entendimento de Fernandes (2017) da operação conjunta entre razão produtiva e razão alternativa que, ao mesmo tempo que exclui e desampara, constrói novas possibilidades e perspectivas de existência social, nas quais o comum emerge como um real praticado, perspectivado e mobilizador. Compreende-se aqui que o trabalho de rua contempla as duas razões, a produtiva e a alternativa, com suas particularidades, temporalidades e regências próprias.

Trata-se agora, portanto, de buscar compreendê-las a partir dessa chave de compreensão do comum.

O TRABALHO DE RUA COMO UM COMUM URBANO

Em Bouças (2015) foram criadas três categorias de análise a partir do trabalho de campo. Na ocasião da realização da dissertação de mestrado, essas categorias de análise tiveram a finalidade de permitir o estudo da atividade sob diferentes perspectivas, com vistas a auxiliar a compreensão das relações estabelecidas a partir de cada um dos aspectos mais marcantes da prática desenvolvida: “a pedra” envolvendo as redes de solidariedade identificadas e as relações de pertencimento; “o rapa” referindo-se aos conflitos e disputas; e o “se virar”, contemplando as relações entre subordinação e autonomia. Os termos para nomear as categorias de análise foram escolhidos por serem termos frequentemente utilizados pelos(as) próprios(as) trabalhadores(as) de rua.

Em Bouças (2024) partiu-se dessas categorias de análise para uma atualização sob uma nova perspectiva, à luz da compreensão dos comuns urbanos. Entendemos aqui que o comum está presente e manifestado na práxis coletiva do trabalho de rua, na corresponsabilidade e no vínculo estabelecido com o espaço público, que produz vitalidade e possibilita a construção de alternativas. A seguir, cada uma dessas categorias será apresentada.

A PEDRA: O TERRITÓRIO, O COLETIVO, A CONTINGÊNCIA

A categoria que aterra as relações que exploramos é “a pedra” e se refere ao vínculo que o(a) trabalhador(a) estabelece com o lugar, consolidado na medida em que o “ponto” escolhido por ele lhe garante, em conjunturas favoráveis, uma certa estabilidade e um certo sucesso nas vendas. É essa a categoria utilizada para definir e caracterizar a relação de trabalhadoras e trabalhadores com a rua, na qual são estruturantes o pertencimento ao lugar e o valor que os(as) trabalhadores(as) outorgam a seu trabalho em relação com a cidade. A expressão “a

pedra” é também utilizada para tratar dos diferentes níveis de solidariedade identificados entre os(as) próprios(as) trabalhadores(as), entidades de classe, lojistas e clientes.

A escolha pela “pedra” pode parecer meramente subjetiva, mas está intimamente relacionada com a possibilidade de o(a) trabalhador(a) conseguir efetuar (ou não) a venda num determinado local. Ela é uma escolha essencialmente ancorada no sentido de oportunidade. Analisando tecnicamente, a predileção de trabalhadoras e trabalhadores por determinadas áreas está diretamente relacionada com a diversidade de uso do solo e com a presença de terminais de transporte e facilidades de acesso. Bouças (2015), observou que as ruas situadas entre áreas residenciais e locais onde havia grande presença de comércios e serviços, sobretudo quando articuladas por grandes terminais de transporte, eram as preferidas para a atividade do trabalho de rua porque eram justamente onde havia mais movimento e, portanto, maior possibilidade de auferir renda.

O aspecto da influência exercida pela diversidade de usos numa localidade merece ser destacado. No caso do Centro Antigo de Salvador, por exemplo, existem bairros tradicionais capazes de gerar uma dinâmica e vitalidade urbanas que não se encerram quando os estabelecimentos de comércio e serviço fecham as portas. A presença de moradias na localidade observada contribui para uma maior diversidade de atividades, inclusive as noturnas. O movimento dos moradores, seja em busca de algum produto ou serviço específico, seja deslocando-se para a realização de atividades de trabalho ou lazer, é extremamente benéfico para a atividade de trabalhadoras e trabalhadores de rua, que usufruem do movimento de passagem em diferentes momentos do dia e da diversidade de necessidades que essas pessoas podem ter, o que amplia também as possibilidades de mercadorias ofertadas⁴. O sucesso de um ponto ou o seu fracasso está intimamente relacionado a esse movimento contínuo e variado.

Na “pedra”, é importante mencionar também a contrapartida de suporte que a cidade oferece para a atividade, para que os(as) trabalhadores(as) realizem necessidades básicas e, assim, também estabeleçam relações de consumo com outros comércios da área. Ou seja, as condições em que opera o comum estão intimamente vinculadas também a essa interação com as condições de existência urbana presentes em determinadas localizações, demandando constantes buscas de adequação.

Apesar das dificuldades, pode-se notar a satisfação com relação ao trabalho desenvolvido, através do contato com clientes e amigos feitos nos pontos, somada à possibilidade de honrar os compromissos e de ter uma maior flexibilidade para cuidar dos outros aspectos da vida que não somente relacionados ao trabalho.

A produção do comum é, portanto, um exercício de reconexão, recomposição e reapropriação e, nesse sentido, supõe-se um exercício concreto do tipo de sociabilidade e formação de vínculos que se deseja construir⁵. Aproximando-nos da confluência da atividade com diversas dinâmicas e tensões que se materializam no espaço e vão desde as relações entre os fornecedores, passando pelo armazenamento de mercadorias, até diversos tipos de arranjos

estabelecidos nas mais variadas escalas, podemos observar que, de forma semelhante ao observado por Gago (2018) em Buenos Aires, há uma capacidade inerente e ambivalente que tece o comunitário. Trata-se, para a autora, de dinâmica oportunista, no sentido de que essa economia estará propensa a capturar o que se desenhe a cada tempo e lugar como melhor opção. É esse o sentido que define, por exemplo, a localização da “pedra”, levando em consideração o senso de oportunidade para realizar a venda no local.

De acordo com Gago (2018, p.47), a força de trabalho, nessas condições, “se vê obrigada justamente a ser oportunista com relação à contingência, cínica frente às regras universais e fixas para poder sobreviver e prosperar.” Aqui é importante salientar que buscamos observar o que há para além da precariedade da atividade estudada e, ao mesmo tempo, nos manter afastados da simplificação operada pelas estratégias neoliberais que apontam para o empreendedorismo como uma salvação, ao conectar a economia informal a uma teologia da prosperidade.

De acordo com Gago (2018, p. 50), existe um modo de acumulação fractal que não se limita ao aumento da concentração do capital, mas busca também sua multiplicação por meio de um processo que combina diferentes formas de contratos e salários. Esse modelo possibilita uma flexibilidade no fluxo de trabalho, que se integra às dinâmicas comunitárias, particularmente em regiões historicamente desprovidas de políticas de bem-estar.

As “políticas de autogestão” desenvolvidas pelos atores sociais que atuam remediando as atividades e serviços ausentes ou ineficientes, por parte das instituições de bem-estar, são uma resposta a essa inexistência, de modo que os(as) trabalhadores(as) se veem obrigados a assumi-las. Essa situação nos coloca diante da dificuldade que é distinguir a vida e o trabalho, tanto como efeito da espoliação do capital, mas também como uma tradição auto organizacional e comunitária que não se centra no Estado.

No caso de trabalhadoras e trabalhadores de rua, podemos vincular uma noção de comunitário a três circunstâncias. A primeira se refere à identificação entre os(as) trabalhadores(as) de rua, capaz de favorecer sua organização social e política. A segunda refere-se à associação do pertencimento com o local no qual o(a) trabalhador(a) se estabelece (“a pedra”). Por fim, temos as solidariedades do cotidiano, criadas para dar conta de um trabalho que, apesar de ser realizado de forma individual, permite a criação de laços coletivos com capacidade para favorecer a organização e reivindicação por direitos.

À primeira vista, quando se parte de uma noção eurocentrada, pode-se ter a ideia de que o espaço público é privatizado por meio da atividade de trabalhadoras e trabalhadores de rua. Esta compreensão tende a dificultar a noção de que essa atividade contribui para a produção do comum cotidianamente e de que é uma forma através da qual a razão produtiva e a razão alternativa emergem e se combinam. Essa atividade é tanto uma reivindicação dos pobres de possuir meios que garantam dignidade para reprodução de suas vidas, quanto um fator que torna possível a animação política do espaço público, já que só o fato de ter pessoas que precisam recorrer à rua para trabalhar denuncia, por exemplo, a desigualdade de

oportunidades a que estamos submetidos. A ausência de rendimentos na pandemia e de possibilidades de auferir renda naquele momento crítico, por exemplo, revelou os níveis de pobreza e precariedade a que essas pessoas poderiam estar submetidas, não fosse a alternativa que elas mesmas criaram para dar conta da sua sobrevivência. Mostrou, também, a saída pela solidariedade, articulada por lideranças conscientes de seu papel político e que conseguiram mobilizar diferentes frentes para conquistar o mínimo necessário, enquanto as instituições de bem-estar tinham dificuldade para enfrentar e equacionar as adversidades que estavam postas (BOUÇAS, 2024).

O trabalho de rua pode ser considerado ainda como um ato de rebeldia e de insubordinação, já que consiste em uma tentativa de uma categoria de subalternos dizer não à submissão ao trabalho doméstico, precarizado, mal remunerado e pouco valorizado por parte da sociedade, sobretudo pela branquitude. É preciso ponderar, no entanto que, na rua, o(a) trabalhador(a) pode não lidar pessoalmente e de forma direta com os desejos e as vontades do patrão, mas permanece submetido à precariedade e afastado dos direitos conquistados pela classe trabalhadora⁶. O que consideramos importante chamar atenção é que, nesse trabalho, há uma mínima possibilidade de usar o tempo com mais flexibilidade e liberdade e esse é um dos principais fatores apontados pelos(as) trabalhadores(as) para permanecerem nessa atividade (BOUÇAS, 2015), ainda que isto implique jornadas mais longas que as permitidas pela legislação trabalhista. É possível, ainda, dependendo do ramo e do ponto de trabalho, obter rendimentos superiores aos recebidos em muitas funções contratualizadas.

Essa constatação também comparece em Magalhães (2022) que, na realização do seu trabalho empírico, observa, entre os(as) trabalhadores(as) que entrevistou, a referência a experiências de humilhação e assédio em atividades assalariadas e daí a justificativa para preferirem o trabalho de rua, ainda que instável.

Este não é um problema secundário na busca por trabalho autônomo por parte de segmentos da população mais pobre; trata-se de uma forma popular de empreendedorismo de êxodo, que combina o ethos de fuga emancipatória com uma prática diária popular de empreendedorismo. Não está necessariamente sintonizado com subjetividades neoliberais. Em vez disso, tende a estar mais conectado a desejos de construir formas de viver e trabalhar com dignidade do que a uma ética de lucro/crescimento empresarial. Também indica como o fornecimento de mão de obra barata é o produto de uma ampla gama de processos que precisam ser reproduzidos de forma proativa, sendo a restrição do acesso direto ao mercado um elemento importante em contextos semi-periféricos. (MAGALHÃES, 2022, p.7; tradução nossa).

Ao passo em que os(as) trabalhadores(as) de rua estão imersos e vitimados pela ordem econômica neoliberal, também a subvertem, por de certa forma negarem estar no local que lhes foi determinado enquanto sujeitos subalternos, submetendo-se a subempregos. No entanto, estão ainda submetidos a outras formas de controle como veremos a seguir.

O RAPA: O CONTROLE, A VIOLÊNCIA, A DISPUTA

A ordem, seja ela urbana ou social, é muito mais um projeto do que um estado pronto, realizado. Assim, a ordem urbana pode ser compreendida como um limite que não será alcançado, mas sob o qual práticas de classificação e hierarquização espacial tendem a ser direcionados, no sentido de produzir relações espaciais necessárias para a reprodução do capitalismo. Muitos mecanismos de controle e ordenação são, portanto, criados (STAVRIDES, 2016, p.33, tradução nossa).

A relação entre o trabalho de rua e o espaço público gera tensionamentos entre interesses contraditórios, se pensarmos apenas no antagonismo existente entre o ato de liberar os passeios para os pedestres e o de permitir a livre comercialização de mercadorias neste mesmo lugar. Vemos, de um lado, um ente que possui a condição de decidir e determinar a maneira como a atividade pode ocorrer e, de outro, aqueles que estão sujeitos a se submeter às determinações daqueles. Essa subordinação de uns com relação aos outros, como podemos supor, nem sempre se dá de forma pacífica. Frequentemente podemos associar os conflitos e disputas que aí emergem ao “rapa”, termo aqui utilizado para definir esta categoria e que é utilizado pelos(as) trabalhadores(as) para se referir aos fiscais da prefeitura que podem apreender suas mercadorias, sobretudo daqueles que não são licenciados. Essa dimensão de conflito, inclusive, é a que mais comumente o trabalho de rua está associado.

Na categoria de análise “o rapa” são exploradas situações de embate e tensionamento. Os conflitos estão principalmente na relação do poder público com a atividade, seja nas limitações impostas para os locais onde a atividade é permitida, seja para o tipo de mercadoria comercializada, seja ainda para a emissão de licenças. As ações do rapa se relacionam intimamente com o espaço público, que é o local onde acontecem as atividades do trabalho de rua. Trata-se, portanto, de retomar os contornos da regulamentação do espaço público estatizado e problematizar como florescem situações de emergência do comum.

De maneira geral, devido ao desemprego, há mais pessoas buscando vender nas ruas, sem conseguir obter licença, do que espaço para que todos possam atuar. Como resultado, as ações de licenciamento e fiscalização dos pontos tornam-se frequentes, gerando, portanto, conflitos com aqueles que precisam utilizar o espaço público para trabalhar, muitas vezes mesmo estando licenciados. Durante a pandemia, essa relação ganhou contornos ainda maiores, que puderam ser expressos na relação da guarda municipal com os(as) trabalhadores(as), com maior uso da violência.

O período da pandemia pode ser associado a uma espécie de ápice do rapa, já que, naquele momento, ainda que a permanência nas ruas representasse um imperativo para o trabalho que aqui estudamos, não havia condições para estar nela. Fica evidente o drama colocado por meio das leis elaboradas pelos órgãos de planejamento e ordem pública nesse caso extremo e específico, impondo aos cidadãos muito mais regras do que direitos, conforme as necessidades que esse particular e excepcional momento exigia⁷.

Em situação de “normalidade”, por sua vez, não podemos deixar de mencionar o fato de existir o licenciamento municipal nas cidades estudadas, onde a atividade é liberada em determinados lugares mediante o pagamento de taxas. Uma trabalhadora entrevistada (BOUÇAS, 2015) disse optar por ficar na “correria” porque não adiantava pagar taxa para ficar legal e não ter lucro. Outra trabalhadora que possuía licença, por seu lado, comentou sobre a dificuldade de estar em uma área ordenada onde não havia fluxo de pedestres e ela não conseguir realizar a venda. Aqui a disputa pelo melhor lugar na “pedra” se configura como uma relação que envolve não só o poder público, mas acordos e negociações entre os(as) próprios(as) trabalhadores(as) e entre os trabalhadores(as) e os lojistas, por exemplo.

Enquanto isso, em diversas sociedades ao redor do mundo, observa-se uma variedade de abordagens na busca por caminhos rumo à emancipação social, muitas das quais são mais receptivas aos processos pelos quais o comum pode se desenvolver. Os processos de negociação e disputa envolvidos nesse processo não podem, no entanto, ser considerados como um campo de batalhas interminável pelo comum. Até porque, conforme STAVRIDES (2016):

A produção de um mundo comum não precisa ser o resultado de um processo de homogeneização. Não precisa ser o resultado explícito e inevitável de estratégias de poder de normalização. Se entendermos um mundo comum como o resultado de relações sociais (que são necessariamente abertas à história de transformações menores ou maiores), então os mundos comuns não apenas podem permitir diferenças, mas se converter em um meio para estabelecer um terreno comum entre elas. É esse tipo de mundo comum que está sendo expresso no espaço público, se o espaço público for compreendido não como o local de dominação, mas como uma área sempre contestada. (STAVRIDES, 2016, p.33; tradução e grifo nossos).

O comum é uma ação e, portanto, expressa relações na sociedade que são indissociáveis das relações com a natureza. Em concordância com Hardt e Negri (2005), Stavrides (2016) afirma que as novas formas do comum que emergiram no capitalismo contemporâneo se ligam aos bens imateriais passíveis de partilha, como são o conhecimento, os afetos e as formas de relacionamento social, mas também a natureza, o ar, a água.

Alguns espaços públicos são convertidos em comum na medida em que pessoas nele se reúnem para expressar sua opinião política e fazer suas reivindicações (HARVEY, 2014). Podemos pensar, nesse sentido, que as trabalhadoras e os trabalhadores de rua, ao realizar sua atividade na rua, estão conferindo conteúdo político à mesma, uma vez que sua presença per si já denuncia a desigualdade de oportunidades a que estamos submetidos. Essa desigualdade, no entanto, pode não ser tão facilmente percebida, já que aí está instaurado o enigma da invisibilidade do muitíssimo visível (RIBEIRO, 2012), associado fortemente ao racismo estrutural presente na sociedade brasileira. “O rapa”, nesse sentido, instrumento da ordem pública que se impõe frequentemente nesse processo, normalmente é acionado nos momentos em que os espaços de interesse do capital se tornam mais relevantes.

Parece muito pertinente nesse sentido o entendimento de que a compreensão da cidade como espaço comum possui, justamente, o significado de reivindicar o poder da autonomia, da criatividade coletiva e da co-responsabilidade, ou seja, reivindicar a cidade como “obra”, no sentido lefebvriano. Desse modo, as práticas comuns que se reinventam nas metrópoles de hoje se constituem, também, em atos de sobrevivência cotidiana coletiva, isto é, em práticas que buscam garantir meios de comunicação e troca que não são necessariamente os meios regulados pelas regras da exploração formal do trabalho. São práticas que surgem no cotidiano por meio do encontro e da colaboração e, na maioria das vezes, sequer se formalizam como uma alternativa às relações sociais existentes (STAVRIDES, 2021;2016).

Nesse sentido, a articulação e a organização política que se dão no caso de trabalhadoras e trabalhadores de rua, como podemos observar nas ações do Movimento Unido dos Camelôs (MUCA) no Rio de Janeiro, por exemplo, também reafirmam a conversão dos espaços públicos em comuns urbanos. Talvez ainda por isso, não por acaso, a repressão e o controle à atividade representada pelo “rapa”, ainda que ela seja permitida e licenciada pelo Poder Público, se dê de forma violenta, seja no plano simbólico, quando intervenções e deslocamentos não são previamente comunicados, seja física e materialmente, quando ações das guardas municipais apreendem mercadorias e agridem trabalhadores(as).

No âmbito do neoliberalismo, que se desenvolve na proximidade dos territórios e entremeado a eles, influenciando as subjetividades, é vital compreender como as formas de vida, as artes do fazer e as táticas de resistência podem ser capturadas e, ao mesmo tempo, tendem a combater e transformar esse sistema. O neoliberalismo é uma fase do capitalismo, não apenas um matiz. De cima para baixo ele indica uma mudança no regime de acumulação global. De baixo para cima significa a propagação de modos de vida que remodelam as noções que se tem de liberdade e obediência, intencionando alterações nas perspectivas coletivas de racionalidade e afetividade (GAGO, 2018). Como podemos transitar entre esses aspectos analisando o trabalho de rua?

SE VIRAR: A VITALIDADE, A PRÁXIS, O MOVIMENTO

Analisar o trabalho de rua exige uma transição hábil entre diferentes aspectos. É preciso compreender como as ações políticas desses(as) trabalhadores(as) se conectam às dinâmicas mais amplas do neoliberalismo, ao mesmo tempo em que se reconhece a importância dessas ações na reconfiguração dos espaços públicos, na construção de comuns e na resistência contra as imposições que buscam sufocar sua atividade.

Para Gago (2018), o continente americano, sobretudo o que se designa por América Latina, foi alvo da experimentação das medidas neoliberais que englobam privatizações, redução de proteção social, desregulação financeira, flexibilização do trabalho etc., num processo imposto de cima para baixo pelos governos, elites econômicas e organismos financeiros internacionais. Para a autora, isso justifica o fato de esse regime de existência ter sido instalado pelas ditaduras de diversos países, com posterior consolidação em decorrência das

reformas estruturais ajustadas pela lógica das políticas globais. Compreender a complexa dinâmica que se coloca no âmbito do político implica, para ela, levar a sério a conexão entre o neoliberalismo e as subjetividades populares.

O neoliberalismo tem uma grande capacidade de mudar e adaptar-se a novas dinâmicas. Na perspectiva de baixo para cima, o neoliberalismo é, de acordo com Gago (2018):

um conjunto de condições que se concretizam para além da vontade de um governo, de sua legitimidade ou não, mas que se transformam diante das condições sobre as quais opera uma rede de práticas e saberes que assume o cálculo como matriz subjetiva primordial, e funciona como motor de uma poderosa economia popular que mistura saberes comunitários de autogestão e intimidade com o saber-fazer na crise como tecnologia de uma autoempresarialidade de massas. A força do neoliberalismo pensado dessa maneira acaba se enraizando nos setores que protagonizam a chamada economia informal como pragmática vitalista (GAGO, 2018, p.14).

Para a autora, é necessário desconstruir as três ideias que explicam o neoliberalismo exclusivamente de cima para baixo. A primeira ideia considera que o neoliberalismo é somente um conjunto de macropolíticas pensadas pelo eixo imperialista, ou seja, concebido pelos países do “norte global”, impondo-se sobre os “países do Sul”. Essa perspectiva coloca o Estado e as corporações hegemônicas como os principais atores que determinam o funcionamento do sistema e os exclui das modificações concretas que ocorrem a partir da difusão das práticas neoliberais⁸. A segunda ideia que deve ser desconstruída é de que o neoliberalismo é uma racionalidade que se refere apenas aos grandes atores políticos e econômicos. A racionalidade neoliberal, em diferentes escalas (local, regional ou transnacional), passou por diversas mutações e degenerações, agregando outras racionalidades. Nessa concepção, atores sociais costumam se ver e serem vistos como coadjuvantes ou vítimas do neoliberalismo e não como articuladores da heterogeneidade social. Por fim, a terceira ideia deriva das anteriores, pois pensa-se que só é possível superar o neoliberalismo através de políticas macroestatais, conduzidas por agentes de grande porte.

De maneira semelhante, pensamos ser necessário refletir e desconstruir a associação do trabalho de rua a uma ideia romantizada e de vitimização das classes populares, para levá-las mais a sério, assim como suas subjetividades. A primeira ideia a ser desfeita é a de que nele circulam apenas mercadorias e tecnologias obsoletas. O uso da tecnologia, por exemplo, sobretudo a bancário-financeira, é amplamente incorporada no trabalho de rua e que a ampliação do crédito entre as classes populares lhes permite adquirir produtos de melhor qualidade e, conseqüentemente, mais caros. A segunda premissa a ser desfeita é de que há apenas pobres e pessoas com baixa instrução/qualificação realizando esse trabalho. Embora essa possa ser uma exceção, o fato de tais atributos serem manifestados evidencia essa heterogeneidade. Por fim, está a ideia de que apenas o ingresso no mercado formal pode salvar esses(as) trabalhadores(as) da miséria. Em Bouças (2015;2024) foi visto que pessoas transitam entre ocupações com e sem carteira assinada e que conseguem realizar conquistas importantes, o que não significa que políticas de seguridade social não devam ser ampliadas

para esses(as) trabalhadores(as), que precisam, assim, como qualquer outro(a) trabalhador(a), ter direito ao lazer, ao ócio, à aposentadoria e a outras conquistas ligadas ao trabalho, como as licenças remuneradas para várias contingências (doença, maternidade/paternidade, acidente etc.).

O neoliberalismo, na perspectiva de baixo para cima, ainda segundo Gago (2018), se origina da evolução histórica das relações de poder e é influenciado por estratégias que vão além do cálculo liberal. Isso resulta na formação de subjetividades individuais e coletivas sob uma perspectiva biopolítica, por meio de várias táticas de vida. Pensar o neoliberalismo nessa perspectiva implica considerar a dinâmica que põe resistência à espoliação e à exploração e que, ao mesmo tempo, desdobra-se no espaço antropológico. Dessa forma, o neoliberalismo tanto se faz presente nos territórios, quanto encontra-se fortalecido nas subjetividades populares, espalhando-se pela organização das economias informais.

Embasando-se em Marx e Foucault, Gago (2018) chama atenção para a centralidade da produção do valor, não no sentido economicista que concebe o trabalho separadamente da vida social, já que é uma característica do capitalismo reduzir o valor à economia, mas compreender o valor no sentido de produção de existência. O valor é então evidenciado pelo conceito de força de trabalho, retomado pela autora com a intenção de adequar o vocabulário político para aproximá-lo da problemática, sem mitigar as contradições que nela possam existir. Para ela, essa compreensão só é possível a partir das práticas do território, que criam a chance de pensar uma dinâmica transindividual das forças produtivas, que a todo tempo extravasam o neoliberalismo e antecipam possibilidades novas. Assim, as práticas do território são uma forma de cooperação social capaz de reorganizar o horizonte do trabalho e da exploração.

Direcionando nosso olhar para o trabalho de rua, na categoria “se virar”, tem-se o próprio exercício do trabalho realizado no cotidiano, no qual se destaca a relação dialética que se estabelece entre a subordinação e a autonomia do(a) trabalhador(a)⁹, e que se desdobra em processos de negociação e disputa.

Na relação com o que é determinado pelo planejamento urbano, pode-se identificar elementos de subordinação quando, por exemplo, são estabelecidas condições de licenciamento específicas ou quando os(as) trabalhadores(as) ficam submetidos a mudanças de ponto, independentemente de sua vontade, para não terem a mercadoria apreendida pelo rapa. Ora, isso aponta para como as instituições legitimam desigualdades ao definir quem tem direito específico e quem é privado dos mesmos direitos quando o assunto é o acesso e o uso do espaço público (STAVRIDES, 2016).

No trabalho de rua são criados arranjos que reproduzem a informalidade dentro da informalidade, dando origem a novos acordos de subordinação. É assim que podemos perceber que nem todos os pontos de trabalho pertencem aos trabalhadores ali registrados, o que nos permite analisar a interação entre subordinação e autonomia com relação aos acordos, contratações e subcontratações. Essa relação se estabelece não apenas no aluguel

dos pontos, geralmente feito para pessoas da família, mas se estende à criação de mais um elo de trabalho relacionado ao armazenamento das mercadorias, atividade que não existiria não fosse o trabalho de rua (BOUÇAS, 2024).

No centro de Salvador foi possível verificar a existência de vários depósitos, que consistem em casas antigas utilizadas inteira ou parcialmente para este fim. Nesse sistema, são ainda contratados carregadores, responsáveis por levar a mercadoria dos depósitos para o ponto do(a) trabalhador(a) e vice-versa. A carência desse equipamento favorece a criação de arranjos informais que surgem para suprir essa que é uma necessidade básica para o funcionamento da atividade. A saída para aqueles(as) trabalhadores(as) que tentam reduzir os custos sobre seu trabalho acontece quando eles conseguem, por exemplo, guardar gratuitamente sua mercadoria com amigos, parentes ou mesmo com lojistas.

É nesse contexto que a falta de investimento estatal na fase mais austera do neoliberalismo apresentou-se como um terreno fértil para a ideologia do microempresariamento e do empreendedorismo. Os(as) trabalhadores(as) assumiram os custos da reprodução de atividades e serviços como educação, saúde e segurança ao arcar com os custos de escolas, planos de saúde ou segurança privados, por exemplo, de modo que essas economias não podem mais ser classificadas como marginais, pois guardam uma grande capacidade de se relacionar com a heterogeneidade metropolitana que articula do comércio ilegal até o autoemprego. Tal circunstância deixa evidente o dilema da visibilização e invisibilização sobre a forma como essas economias se apresentam como função produtiva. As transformações neoliberais, portanto, complexificaram e amarraram as tramas de informalização às tramas empreendedoras, num contexto em que a espoliação de direitos e a flexibilização são crescentes (GAGO, 2018).

Enquanto o neoliberalismo promove a ideia de que tudo pode ser transformado em mercadoria e vendido no mercado, a noção do comum envolve benefícios não mensuráveis, recursos compartilhados e gestão coletiva. A rede de práticas e saberes criada pelos(as) trabalhadores(as) que, ao organizar o seu trabalho, reorganizam o espaço circundante, nos aproxima do que Gago (2018) denomina de pragmáticas vitalistas, que mobilizam o saber-fazer, dificilmente apreendido já que é muito mais experiencial do que discursivo.

As práticas oriundas “de baixo” pluralizam o neoliberalismo ao passo em que também permitem ver como se dá a sua articulação com formas comunitárias e práticas populares que dão conta da resolução da vida, com os empreendimentos que nutrem as cadeias informais, e com as modalidades de renegociação de direitos que tiram proveito da vitalidade social. Nessa pluralização, revela-se o caráter “heterogêneo, contingente e ambíguo em que a obediência e a autonomia disputam, palmo a palmo, a interpretação e a apropriação das condições neoliberais” (GAGO, 2018, p.20).

Nesse sentido, podemos também ter uma aproximação com Santos (2001) naquilo que ele conceitua como uma divisão de trabalho por cima e por baixo. Por cima significa relacioná-la ao que se prende a um uso submisso das técnicas da racionalidade hegemônica, com uma

solidariedade gerada de fora e que se vincula a relações pragmáticas, onde a racionalidade é pautada em normas radicais. Já pensada por baixo, a divisão do trabalho se funda no redescobrimto cotidiano de combinações que permitem a vida, onde a solidariedade surge de dentro e se vincula com o território e com a cultura local, num dinamismo intrínseco, espontâneo e complexo.

O espaço da rua onde o(a) trabalhador(a) exerce sua função não se esgota na atividade laboral. As pessoas estabelecem uma conexão de pertencimento com o local onde se estabelecem, muitas vezes permanecendo lá por anos e até mesmo décadas. Essa relação evoca sentimentos afetivos, comprometimento e, em algumas ocasiões, conflitos. É muito evidente a diferença observada no espaço público vazio, sem a presença do trabalho, como ocorreu durante a pandemia e a enorme variedade de movimentos e possibilidades de interações existentes nos mesmos espaços com a presença de trabalhadoras e trabalhadores de rua – Figuras 01 a 10.

Figura 01



Avenida Sete de Setembro sem trabalhadores(as) de rua

Fonte: Foto da autora, 2023

Figura 02



Avenida Sete de Setembro com trabalhadores(as) de rua.

Fonte: Foto da autora, 2023

Figura 03



Avenida Joana Angélica sem trabalhadores(as) de rua

Fonte: Foto da autora, 2023

Figura 04



Avenida Joana Angélica com trabalhadores(as) de rua

Fonte: Foto da autora, 2021

Figura 05



Rua Nova de São Bento sem trabalhadores(as) de rua.
Fonte: Foto da autora, 2023

Figura 06



Rua Nova de São Bento com trabalhadores(as) de rua.
Fonte: Foto da autora, 2022

Figura 07



Praça do Relógio de São Pedro sem trabalhadores(as) de rua.
Fonte: Foto da autora, 2023

Figura 08



Praça do Relógio de São Pedro com trabalhadores(as) de rua.
Fonte: Foto da autora, 2019

Figura 09



Rua do Cabeça sem trabalhadores(as) de rua.
Fonte: Foto da autora, 2023

Figura 10



Rua do Cabeça com trabalhadores(as) de rua.
Fonte: Foto da autora, 2023

Ao contrário da visão que romantiza ou vitimiza os(as) trabalhadores(as) de rua, as práticas cotidianas desses sujeitos demonstram a criação de redes de cooperação e de autogestão. Observa-se, também, uma notável heterogeneidade nos interesses de trabalhadoras e

trabalhadores em relação às atividades que desempenham. Alguns deles não têm outra fonte de subsistência, no entanto, encontram maneiras de se divertir e obter prazer no trabalho. Além disso, a flexibilidade de administrar seus próprios horários e a oportunidade de cuidar dos filhos durante o trabalho são aspectos relevantes. Em contrapartida, não deixa de existir a incerteza em relação à obtenção de renda diária e mensal, o que dificulta a garantia de sobrevivência e prosperidade nos negócios para alguns(as) trabalhadores(as). Entre essas alternativas, a solidariedade e a possibilidade de contar uns com os outros nas relações que se tecem na rua desafiam qualquer análise que desconsidere a força dessas relações. Essas táticas de vida evidenciam-se, portanto, como uma possibilidade de se tecerem relações para além da lógica capitalista, com capacidade de criar caminhos para viver melhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A multidão formada pelos(as) trabalhadores(as) de rua está em constante processo de produção do comum, considerando que sua atividade favorece a produção de algo inapropriável, como a sociabilidade e a solidariedade, por exemplo, possibilitando a coatividade, a co-responsabilidade e se instituindo enquanto práxis. Ao contrário da propriedade que separa, o processo do comum vincula as pessoas aos laços societários existentes e em processo contínuo de reconstrução. Eles reivindicam, por meio do seu trabalho, o espaço público da rua para a realização de uma atividade produtiva, que lhes garante o sustento e lhes permite criar diversas relações, num contexto em que melhores oportunidades de emprego e renda lhes foram negados de forma estrutural.

Vale ressaltar que entendemos o trabalho de rua como um comum importante que deve ser tanto enaltecido enquanto perspectiva de análise, quanto apoiado enquanto setor fundamental para a reprodução da vida de parcela significativa da população. O trabalho de rua, no entanto, não deve ser o único comum a ser considerado na discussão do espaço público. Entre as possibilidades que a porosidade do espaço público enseja, deve-se também cultivar, por exemplo, os espaços de discussão, trocas e negociação.

As categorias de análise da "pedra", "rapa" e "se virar" desenvolvidas em Bouças (2015) e aqui revisitadas a partir de nova chave teórica – a ativação da noção de comum – buscaram dar conta das complexidades envolvidas, dando-lhes relevo e permitindo nos aproximar do entendimento sobre a relação da atividade com a produção do comum de forma mais concreta. É na "pedra", categoria que ancora a relação que estudamos entre o trabalho e a rua, que tanto se desmonta uma perspectiva moralizadora e criminalizadora sobre a atividade quanto se identifica o esforço de trabalhadores e trabalhadores para estabelecer algo que pode se aproximar de um senso comunitário, com diversas situações de ajuda mútua e solidariedade. No "rapa" exploramos a dimensão concreta dos conflitos e suas repercussões na reprodução da vida desses(as) trabalhadores(as). É nesta categoria onde verifica-se o estabelecimento da ordem urbana, a tentativa de destruição do comum em processo e os processos de negociação e resistência. Por fim, é no "se virar" que as práticas de baixo ficam

mais evidentes, revelando que se trata menos de encontrar uma salvação para os sujeitos vulnerabilizados, e mais de alcançar uma compreensão sobre as possibilidades por eles encontradas para realizar conquistas importantes para a vida, mesmo em meio às limitações agudas do mundo capitalista.

À luz das reflexões apresentadas, temos que o comum não está na atividade do trabalho de rua em si, na licença do Estado para funcionar num determinado ponto, na barraca ou nas mercadorias. As tentativas de captura do Poder Público através de deslocamentos ou construção de equipamentos que segregam a atividade das ruas, por sua vez, divergem e não encontram ressonância justamente porque se opõem ao comum produzido socialmente enquanto práxis, uma vez que terminam por confinar a atividade. É importante lembrar que a propriedade privada exclui o comum (Dardot e Laval, 2015). É justamente a partir da mobilização dos setores sociais que a atividade se intensifica e ganha novas articulações e dimensões. Podemos perceber, portanto, que o comum no trabalho de rua está nas relações que se estabelecem na prática coletiva: o processo de estabelecimento da “pedra”, a obtenção de licença formal e/ou aceitação com os vizinhos, da barraca em si e da escolha das mercadorias, no cotidiano, na co-responsabilidade, no vínculo com a rua e na produção de vitalidade que dessa relação deriva.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Raquel Gutiérrez; TRUJILLO, Mina Lorena Navarro. Producir lo común para sostener y transformar la vida: algunas reflexiones desde la clave de la interdependencia. **Confluências** | Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito, v. 21, n. 2, p. 298-324, 2019.

BOUÇAS, Rose Laila de Jesus. **No olho da rua:** trabalho e vida na apropriação do espaço público em Salvador/BA. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.

_____. **Há produção do comum no trabalho de rua?** Instabilidades, conflitos e solidariedade no espaço público. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2024.

CORAGGIO, José Luis. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. *In*: [KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (orgs.)]. **Economia dos setores populares:** entre a realidade e a utopia. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE:UCSAL, 2000.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum:** ensaio sobre a revolução no século XXI. Boitempo Editorial, 2017.

_____. Propriedade, apropriação social e instituição do comum. **Tempo social**, v. 27, p. 261-273, 2015.

DE AZEVEDO, Beatriz Regina Zago. **Economia informal:** uma revolução em marcha? Ensaios FEE, v. 9, n. 1, p. 136-140, 1988.

DINIZ, Sibelle. Possibilidades da economia popular e solidária no Brasil contemporâneo: apontamentos. **Nova Economia**, v. 29, p. 963-985, 2019.

KRAYCHETE, Gabriel; SANTANA, André. Economia dos setores populares e inclusão socioproductiva: conceitos e políticas públicas. **Mercado de Trabalho:** Conjuntura e análise. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, n. 52; Ministério do Trabalho e Emprego – Brasília, Ipea: MTE, 2012.

FERNANDES, Ana. **Memorial de progressão à classe de professor titular.** Salvador: Faculdade de Arquitetura UFBA, outubro de 2017.

FERNANDES, Bruno Siqueira; DINIZ, Sibelle Cornélio. Economia popular, des/colonialidade do poder e economia solidária: notas para um debate latino-americano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 20, p. 254-268, 2018.

GAGO, Verônica. **A razão neoliberal:** economias barrocas e pragmática popular. - trad. Igor Peres. - São Paulo: Elefante, 2018.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública:** investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1984.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão:** guerra e democracia na era do Império. Editora Record, 2005.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana; tradução Jefferson Camargo. – São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MAGALHÃES, Felipe NC. Popular Economies In, Against, and Through the Platform. **Antipode**, v. 55, n. 2, p. 527-547, 2022.

MARTINEZ, Luciano. **Curso de direito do trabalho:** relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho. São Paulo, SP: Saraiva, 2010.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Homens lentos, opacidades e rugosidades. **Revista Redobra**, nº9, ano 3. Salvador: Laboratório Urbano PPG-AU/UFBA, 2012.

ROGGERO, G. Cinco teses sobre o comum. **Lugar Comum:** v. 42, 2014.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos / Milton Santos; tradução Myrna T. Rego Viana – 2. ed., 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

----- . **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2001.

----- . **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 1994.

STAVRIDES, Stavros; FRANCA, Gilberto Cunha.; JUNIOR, Jefferson Baffica. Reivindicar a cidade como espaços comuns. Aprendendo com os movimentos de moradia da América Latina. E-metrópolis, nº 47, ano 12, dezembro de 2021. Disponível em: http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo_pdfs/000/000/049/original/emetropolis47.pdf?1651616566. Acesso em: 28 mar 2023.

----- . Common Space. The City as Commons. London: Zed books, 2016.

¹ “Trabalhador de rua” é um termo cujo uso vem sendo feito pela autora, desde sua dissertação de mestrado (BOUÇAS, 2015), por ser considerado como a forma mais direta de traduzir e se referir àquelas pessoas que realizam atividades de trabalho nas ruas. Com esta nomenclatura, a intenção é dar dimensão cognitiva à atividade, mostrando a imbricação existente entre o trabalho (atividade laboral) e a rua (espaço público). Frequentemente denominados como “ambulantes” ou “camelôs”, considera-se aqui que “trabalhador de rua” é aquele trabalhador que realiza uma atividade de compra e venda no espaço público, pois este fixa um ponto de trabalho na rua e estabelece relações com este local, que extrapolam seu objetivo básico de provisão do próprio sustento e de sua família.

² Gago (2018) desenvolve sua análise sobre a Feira La Salada em Buenos Aires, na Argentina e nomeia a dinâmica observada como “economias barrocas”. O barroco, nome veiculado pelo fato de o movimento barroco ser de resistência e até mesmo de sobrevivência à colonialidade, pressupõe também a sobreposição de termos em permanente reconciliação.

³ Com base no texto de Ribeiro (2012, p.62-64), entendemos que é necessário confrontar as ideias dos Séculos XIX e XX, cuja hegemonia é constituída pela colonialidade do saber e do poder, barreira para construções conceituais e metodológicas mais afeitas ao reconhecimento de um pluriverso e seus modos diversos e complexos de vida. No mesmo sentido, é inadiável o desenvolvimento de perspectivas transdisciplinares, essenciais para a abordagem das urgências sociais contemporâneas.

⁴ Em Bouças (2015), foi realizada uma análise sobre a densidade de ocupação nas áreas apropriadas pelos(as) trabalhadores(as) de rua, no Centro Antigo de Salvador, numa região onde a atividade é mais pulsante. O cálculo realizado considerou o quantitativo de trabalhadores(as) por área, levando em conta a área de serviço demandada pela atividade, que vai além das dimensões físicas da barraca utilizada. A área de serviço compreende o espaço utilizado pelos(as) trabalhadores(as) com o mobiliário onde dispõem seu produto, o espaço onde sentam e a área utilizada por quem se aproxima da barraca para especular ou efetuar uma compra.

⁵ As lutas das mulheres, por exemplo, sejam elas urbanas ou rurais, é central nessa perspectiva. Embora não nos direcionemos aqui para essa questão em específico, consideramos importante pontuá-la, tendo em vista a potência das lutas feministas no direcionamento de boa parte das reflexões que expõem a fratura na estrutura que funde o patriarcado com o capitalismo e a colonialidade.

⁶ Este aspecto não deve ser desconsiderado, haja vista que casualidades da vida (questões de saúde, acidentes, consigo e com familiares, dentre outras contingências) interrompem o exercício da atividade e, conseqüentemente, a obtenção de renda, situação que seria amenizada pelo afastamento previsto como direito trabalhista.

⁷ As interdições do espaço público em geral durante a pandemia - e que atingiram de modo intenso o(a) trabalhador(a) de rua - foram decisões derivadas da responsabilidade das autoridades com o que é público, a despeito dos boicotes da esfera federal sob o governo de Bolsonaro. Diante da urgência sanitária, evidenciou-se, então, a necessidade imperiosa de políticas de auxílio emergencial.

⁸ É importante lembrar aqui que o trabalho de rua existe antes das práticas neoliberais, já que aparece nas cidades brasileiras sob a forma de trabalho de ganho ainda no século XIX.

⁹ Segundo Martinez (2010), a subordinação no trabalho ocorre quando o tomador de serviço controla o tempo e a maneira de execução das tarefas, determinando horários e a forma de realização das atividades. Por outro lado, a autonomia caracteriza o trabalho por conta própria, onde o trabalhador tem liberdade para definir como organizar seu trabalho e gerir seu tempo. No entanto, trabalhadores autônomos não possuem as proteções e direitos trabalhistas, pois não estão protegidos pelas normas do direito do trabalho.